

Maria Helena Araújo e Sá & Susana Ambrósio (orgs.)

(H)À EDUCAÇÃO

rubricas de 2018

Maria Helena Araújo e Sá & Susana Ambrósio (orgs.)

(H)À EDUCAÇÃO

rubricas de 2018



Ficha Técnica

Título:

(H)À Educação: rubricas de 2018

Organizadores:

Maria Helena Araújo e Sá
Susana Ambrósio

Design: Joana Pereira

Impressão: RealBase

Editora:

UA Editora
Universidade de Aveiro
Serviços de Documentação, Informação Documental e Museologia
Aveiro

1ª edição - fevereiro 2019

Tiragem: 100 exemplares

ISBN: 978-972-789-593-9

depósito legal: a atribuir pela gráfica

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/CED/00194/2019.



FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

 **dep**
universidade de aveiro
departamento de educação e psicologia

cidtff
centro de investigação
Didática e Tecnologia na Formação de Formadores

ÍNDICE

(H)À Educação, um caso de sucesso 5
Ivan Silva

Da história da Rubrica (H)À Educação 7
Maria Helena Araújo e Sá

RUBRICAS

E se falar de Educação fosse falar de Ciência Aberta? 13
Maria Helena Araújo e Sá

Aprender com uma app? É no parque da cidade 15
Lúcia Pombo

Como homenageamos os (Bis)Avós na investigação
em Educação na Universidade de Aveiro? 17
Nilza Costa

O que considerar na escolha da creche ou
jardim de infância para o meu filho/filha? 21
Gabriela Portugal

Português Língua de Herança:
uma (má) língua ou são as más línguas? 23
Sílvia Melo-Pfeifer

Qual a relevância do pensamento crítico
no mundo atual? 27
Rui M. Vieira, Amanda R. Franco & Celina Tenreiro-Vieira

E se as universidades públicas portuguesas adotassem o
inglês como língua de formação? 29
Susana Pinto

Sabia que dia 26 de setembro é o Dia Europeu das Línguas?	31
Ana Raquel Simões	
Infância... ou “Infâncias”?	33
Paula Santos	
Existem <i>smart cities</i> sem comunidades educativas inteligentes?	37
Vânia Carlos	
Provas de Aferição de Educação Física no 1.º Ciclo do Ensino Básico - Porquê e Para Quê?	39
Rui Neves	
O que é ser-se competente no mundo digital?	43
Margarida Lucas	
É difícil educar uma criança?	45
Carlos Fernandes da Silva	
Timor-Leste, tão longe ou tão perto?	47
Isabel Martins	
Sentir e aprender Portugal de outro lugar: qual o contributo do EPE?	51
Lurdes Gonçalves	
Sobre os autores.....	55

18 OUTUBRO 2018

EXISTEM *SMART CITIES* SEM COMUNIDADES EDUCATIVAS INTELIGENTES?

Vânia Carlos¹

A expressão *smart cities* é hoje uma *buzzword* (palavra da moda), abundante em discursos políticos e académicos e sonante aos ouvidos do cidadão comum, mas serão as suas valências amplamente conhecidas, potenciadas e implementadas?

Apesar de não existir uma definição consensual do conceito, as *smart cities* (em português, cidades inteligentes) estão estreitamente relacionadas com o uso de tecnologia inteligente para melhorar as dimensões funcionais da cidade (mobilidade, ambiente, economia, qualidade de vida, governação...), pressupondo facilitar o acesso à informação, à participação, à colaboração e à transparência com os cidadãos. E na promoção de *smart cities*, enquanto territórios que reúnem tecnologias e pessoas na melhoria da inovação, aprendizagem, conhecimento e resolução de problemas, são vitais processos cívicos *bottom-up* (que partem das pessoas).

Contudo, estudos reconhecem a concretização de uma visão reductora do potencial das *smart cities*, muito centrada na tecnologia em

¹ vania.carlos@ua.pt . Investigadora do Centro de Investigação "Didática e Tecnologia na Formação de Formadores"

si mesma e resultando de processos de decisão *top-down* (que partem de estruturas políticas, administrativas e económicas). Como garantir que as soluções desenvolvidas no contexto das *smart cities* servem os cidadãos, se os próprios têm uma participação incipiente no diagnóstico dos problemas e no desenvolvimento de soluções para os mesmos? E se a participação cívica nestes processos, por cidadãos adultos, tem ainda um longo caminho a ser trilhado, que dizer da participação cívica por crianças?

A proximidade entre decisores políticos e cidadãos, essencial para fomentar o poder educativo da cidade, exige comunidades organizadas, bem como a articulação de Projetos Educativos Municipais e de Escola. E a necessidade passa não só por se criarem situações de capacitação dos futuros cidadãos de cidades inteligentes mas em encontrar formas de se envolver as crianças, enquanto cidadãos que já o são, nos processos de desenvolvimento de cidades inteligentes.

Comunidades educativas inteligentes pressupõem processos de cocriação cívica em espaços físicos e virtuais, formais e informais, onde professores, pais, atores locais e alunos possam refletir e planificar estratégias pedagógicas que respondam aos desafios e oportunidades das cidades e sociedades inteligentes. Envolver as crianças em estratégias de ciência cidadã (na construção de conhecimento), fomentar a criação de redes de mentores locais implicados em atividades pedagógicas nas Escolas e partilhar informação relevante em plataformas digitais de consciência coletiva promove a participação cívica de adultos e crianças. A componente inteligente das *smart cities* diz, portanto, respeito a comunidades implicadas e civicamente ativas (incluindo o potencial crítico e criativo das crianças), a utilizar e a desenvolver tecnologia para participar em processos de decisão e de resolução de problemas do mundo real.

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/CED/00194/2019.